

Prezado leitor,

O ASAA Journal encerra o ano de 2020 com a publicação de seu volume 13, número 3, contendo onze artigos científicos inéditos e relevantes para a área de ciências contábeis. Entre eles, destacam-se temas como o perfil dos controllers, a prática de gerenciamento de resultados por CEOs insiders, a capacidade preditiva da DRE, a agressividade fiscal, os fatores determinantes do abandono de curso por estudantes universitários, as características dos pós-graduandos stricto sensu da área de negócios, o impacto da aquisição corporativa em empresas familiares e não familiares, ambidestralidade e sistemas de controles gerenciais, o discurso de sustentabilidade e a pesquisa sobre Relato Integrado no setor público, a legitimidade da informação contábil nas licitações públicas e o efeito da participação orçamentária no desempenho gerencial.

Com o fim de 2020 também se encerram as contribuições do Prof. Dr. Cristiano Machado Costa ao ASAA Journal, como Editor Associado da linha editorial de Mercado Financeiro e de Capitais. Aproveitamos para fazer um agradecimento pelo tempo e conhecimentos dedicados a esta revista, e desejamos muito sucesso ao professor e seus novos projetos.

A seguir, detalhamos brevemente cada um dos artigos publicados nesta edição:

O primeiro artigo intitulado “Perfis dos Controllers: autonomia e envolvimento dos profissionais de controladoria”, dos autores Gustavo Henrique Costa Souza, Cláudio de Araújo Wanderley e Kate Horton, tem como objetivo investigar o perfil dos controllers no contexto brasileiro. Seus resultados evidenciam que entre as atividades dos controllers predominam: análise de relatórios financeiros, controle de desempenho gerencial, escrituração, e monitoramento fiscal. Em geral, os controllers se caracterizaram por serem homens, pós-graduados, de meia idade (média de 43 anos), com cerca de 6,8 anos de experiência em controladoria. A relação entre descentralização e envolvimento se mostrou, de fato, positiva e significativa.

O segundo artigo, dos autores Francielle Corazza, Cristian Baú Dal Magro, Sady Mazzioni e Carlos Roberto Klann, tem como título “CEOs insiders e as práticas de gerenciamento de resultados em companhias abertas listadas na [B]3”. O artigo analisou se as características dos CEOs insiders influenciam nas práticas de gerenciamento de resultados das companhias de capital aberto listadas na [B]3. A contribuição do estudo recai na clara identificação de que no trade-off entre escolhas contábeis ou decisões operacionais, os CEOs insiders preferem utilizar os accruals discricionários para gerenciamento dos resultados. Em termos práticos, os resultados indicam que a preocupação dos insiders é com a manutenção dos resultados no longo prazo, tendo em vista que a opção por decisões operacionais pode prejudicar a perpetuidade da empresa, com cortes em despesas prioritárias e na produção acima da demanda.

No terceiro artigo, intitulado “Capacidade preditiva da DRE: a escolha normativa brasileira favorece?”, os autores Lívia Maria Lopes Stanzani e Sílvia Hiroshi Nakao analisaram se a obrigatoriedade de apresentação das despesas por função na face da DRE no Brasil afeta a capacidade preditiva dos usuários, especialmente dos analistas, mesmo com a apresentação também obrigatória das despesas por natureza nas notas explicativas. Nos resultados os autores notaram que a classificação das despesas por natureza é mais preditiva de lucro futuro quando comparada à classificação por função. No entanto, as evidências sugerem que os analistas utilizam a informação apresentada na DRE (por função) para realizarem projeções, mesmo com a disponibilidade das despesas por natureza em nota explicativa, o que pode afetar a sua assertividade.

O quarto artigo, intitulado “Agressividade fiscal e investimentos no mercado acionário brasileiro”, dos autores Rodolfo Fabríz Marchesi e Eduardo José Zanoteli, têm como objetivo analisar a relação das práticas de agressividade fiscal com o investimento das empresas. Os resultados do estudo demonstram que há uma relação estatística significativa entre agressividade fiscal e investimento, em particular em relação a variável Taxa Efetiva de Tributação (GAAPETR), o que sugere que empresas que praticam a agressividade fiscal estão associadas positivamente a um maior nível de investimentos.

Sulanny de Souza Sampaio, Maria Marcela Ramos da Rocha, Sueli Maria de Araújo Cavalcante e Maxweel Veras Rodrigues são os autores do artigo “Fatores determinantes para a evasão universitária: um estudo com ingressantes do curso de ciências contábeis de universidades federais da região Nordeste”. Este artigo analisou os fatores determinantes para a evasão de estudantes do curso de Ciências Contábeis em Universidades Federais do Nordeste. Seus achados demonstram que o fator vocacional com maior carga fatorial foi aquele relacionado à forma de ingresso, decorrente do sucesso no processo seletivo para o curso em questão e não para o curso de preferência do discente. O fator institucional mais relevante foi relacionado a falta de informações sobre o curso por parte da instituição. A percepção dos alunos quanto ao fator desempenho mostrou que o item com maior carga fatorial foi aquele relacionado à dificuldade de o discente acompanhar o curso por não possuir tempo necessário para o estudo.

No sexto artigo, intitulado “E se a máscara cair? Fenômeno impostor, características pessoais e background familiar dos pós-graduandos stricto sensu da área de negócios”, dos autores Alison Martins Meurer e Flaviano Costa, o objetivo foi identificar os grupos de pós-graduandos stricto sensu da área de negócios que possuem níveis mais elevados de intensidade do Fenômeno Impostor (FI) a partir das características pessoais e do background familiar. Os resultados mostram que a forma como o Fenômeno Impostor é vivenciado é diferente entre os gêneros, evidenciando a importância de abordar o FI como um constructo bidimensional. Para a modalidade de Ensino Médio, verificou-se que alunos de escolas particulares

possuem maiores níveis de impostorismo, assim como os que a figura paterna e materna possuem ensino médio completo. Discentes da segunda geração a ingressar no ensino superior também apresentaram maior nível de sentimentos impostores, enquanto a cor e etnia e geração a ingressar na pós-graduação *stricto sensu* não apresentaram significância.

O sétimo artigo, dos autores Rafael Manoel de Oliveira, Daiana Paula Pimenta, Marília Paranaíba Ferreira e Alex Mussoi Ribeiro, tem como título “Desempenho da aquisição corporativa entre empresas brasileiras familiares e não familiares de capital aberto”. O artigo objetiva verificar se as aquisições realizadas por empresas familiares geram melhor desempenho do que aquelas realizadas por empresas não familiares listadas na B3 no período entre 2009 e 2016. Os resultados indicaram que as empresas brasileiras familiares apresentam, em média, desempenho superior dos eventos de aquisições corporativas em relação às empresas brasileiras não familiares. Os achados são consistentes com a Teoria da Agência, que diz que o distanciamento entre a propriedade e o controle resulta em conflitos de agência e assimetria informacional, problemas que oferecem maiores oportunidades de expropriação dos acionistas por parte dos gestores. Assim, visto que nas empresas familiares esse distanciamento é menor, pois a propriedade e a gestão tendem a coincidir, os conflitos de agência e a assimetria informacional entre principal-agente ocorrem com menor intensidade nas empresas familiares em comparação às empresas não familiares.

Adrinana de Azevedo Ramos Bandeira Arantes, Juliano Lima Soares são os autores do oitavo artigo deste número, intitulado “Relação entre ambidestralidade e sistemas de controles gerenciais em ongs brasileiras”. Esta pesquisa analisou a relação entre o uso de Sistemas de Controles Gerenciais e a Ambidestralidade Organizacional em ONGs Brasileiras. Os resultados encontrados confirmam que há relação positiva e significativa entre o uso de Sistemas de Controles Gerenciais e a Ambidestralidade Organizacional. Os testes explicam a variação do comportamento ambidestro em organizações não governamentais pelo uso de Sistemas de Controles Gerenciais em 52,80%.

O nono artigo é intitulado “O discurso de sustentabilidade e a pesquisa acadêmica sobre Relato Integrado (IR) no setor público”, dos autores Franciele Machado de Souza e Luiz Panhoca. Com base na teoria do discurso de Laclau e Mouffe e na expectativa de ampliar o entendimento da sustentabilidade corporativa para que as vozes acadêmicas possam oferecer uma crítica contínua e novas alternativas para este discurso, os autores analisaram a construção do discurso de sustentabilidade nos resultados de pesquisas sobre os Relatos Integrados (IRs) de empresas do setor público. Os resultados revelaram que o discurso de sustentabilidade presente nas pesquisas revisadas estava relacionado ao desenvolvimento econômico, à estratégia e ao “business-case”. No entanto, existem evidências a adoção ao IR tem o potencial de impulsionar a mudança organizacional para integrar a sustentabilidade à atividade principal da organização. Em suma, os achados sugerem que a adoção ao IR, por empresas do setor público, não modificou o discurso hegemônico de sustentabilidade financeira.

O décimo artigo, dos autores Rafael Borges Ribeiro, Gilberto José Miranda e Ricardo Rocha de Azevedo, tem como título “A baixa legitimização da qualificação econômico-financeira (QEF) percebida pelos stakeholders nas licitações públicas”. O artigo investiga a legitimidade percebida das informações contábeis utilizadas na etapa de Qualificação Econômico-Financeira (QEF) nas contratações públicas, pela ótica dos stakeholders. Foram aplicados dois métodos: grupo focal e entrevistas semiestruturadas, com trinta e seis respondentes selecionados pelo método bola de neve. Partiu-se das percepções dos respondentes, adensando-se os temas de acordo com o encadeamento natural das citações. Como resultados, evidenciou-se que a informação contábil exigida na etapa de qualificação econômico-financeira não tem sido vista como legítima pelos usuários da informação. Como consequência, a etapa de QEF nos processos licitatórios tem se mostrado insuficiente e incapaz de certificar a avaliação econômico-financeira das empresas, e os stakeholders utilizam as informações contábeis apenas como conformidade processual.

Por fim, o décimo primeiro artigo, com título “Efeito da participação orçamentária no desempenho gerencial mediado pela satisfação no trabalho e justiça procedimental”, dos autores Januário José Monteiro, Rodrigo Rengel, Rogério João Lunkes e Carlos Eduardo Facin Lavarda. O artigo examina o efeito da participação orçamentária no desempenho gerencial mediado pela satisfação no trabalho e pela justiça procedimental. Seus achados confirmaram a relação positiva e significativa entre a participação orçamentária e desempenho gerencial. A justiça procedimental mediou parcialmente a relação entre participação orçamentária e desempenho gerencial. Em relação ao efeito da participação orçamentária na satisfação no trabalho, percebeu-se mediação total da justiça procedimental. Entretanto, a relação entre a participação orçamentária e desempenho gerencial não foi mediada pela satisfação no trabalho. Do mesmo modo, a relação entre a justiça procedimental e o desempenho gerencial não foi mediada pela satisfação no trabalho.

A Equipe Editorial do ASAA Journal deseja a todos uma excelente leitura!

Prof. Dr. Orleans Silva Martins
Prof. Dr. Paulo Roberto da Cunha
Editores do ASAA Journal